

Quando fazer pesquisa com crianças significa negociar com adultos: bastidores de uma pesquisa com crianças de seis anos em escolas

When doing research with children means negotiating with adults: backstage of a survey of six-year-olds in schools

Olivia Souza Agostini (<https://orcid.org/0000-0002-1128-0568>)¹

Martha Cristina Nunes Moreira (<https://orcid.org/0000-0002-7199-3797>)²

Abstract *This paper aims to stir reflections on research with children by investigating aspects related to ethics, methods, play and contextualized activities. The possibility of recognizing adult authority as a mediator of interactive craftsmanship in the construction of the research environment also underlie the backstage and its craftsmanship. It builds on a survey of six-year-olds in schools that focused on the psychometric analysis of items in a test under construction. Returning to the memories of this environment, we discuss the importance of the leadership of children as research subjects. The foundation is anchored in the perspective of childhood sociology, discussing interactive craftsmanship. We conclude that it is possible to recognize this leadership in the engagement of negotiations with reference adults.*

Key words *Research, Children, Leadership, Childhood sociology*

Resumo *Neste artigo pretendemos provocar reflexões sobre a pesquisa com crianças levantando aspectos relacionados a ética, método, brincar e atividades contextualizadas. A possibilidade de reconhecer a autoridade do adulto como mediadora do artesanato interacional na construção do ambiente de pesquisa também compõe os bastidores e seu artesanato. Ele toma por base uma pesquisa realizada com crianças de seis anos em escolas, cujo enfoque era a análise psicométrica de itens de um teste em construção. Retornando as memórias desse ambiente discutimos a importância do protagonismo da criança como sujeito de pesquisa. A fundamentação se ancora na perspectiva da Sociologia da infância, discutindo o artesanato interacional. Conclui-se sobre a possibilidade de reconhecer esse protagonismo no engajamento de negociações com adultos de referência.*

Palavras-chave *Pesquisa, Crianças, Protagonismo, Sociologia da infância*

¹ Curso de Graduação em Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio de Janeiro. R. Prof. Rodolpho Paulo Rocco Prédio do CCS/K17, Ilha do Fundão. 21910-590 Rio de Janeiro RJ Brasil. oliviagostini@gmail.com

² Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Fiocruz. Rio de Janeiro RJ Brasil.

Introdução

As pesquisas são realizadas com objetivo de responder perguntas, fazer comparações, relatar experiências, criar ou testar instrumentos, entre outros. É importante que estejam inseridas em um contexto ou cenário relevante que as justifique e, somado a isso, os sujeitos da pesquisa têm papel essencial no processo. Mais do que sujeitos de pesquisa, urge refletir sobre a participação das pessoas em pesquisas e no presente artigo evocamos o lugar das crianças nas pesquisas, pela perspectiva de sua participação, ancoradas nos conceitos da sociologia da infância. Ele parte da necessidade de refletir sobre o ambiente de pesquisas com crianças, onde na maior parte das vezes os adultos assumem a fala por elas, ou elas se tornam sujeitos de uma intervenção que as limita a determinados enquadres de respostas, interação e postura.

Moreira¹ aponta o desafio de contribuir com reflexões sobre o artesanato de pesquisas qualitativas tendo como sujeitos crianças e adolescentes com doenças crônicas. Após a revisão realizada sobre pesquisas internacionais com esse público, assinala para a contribuição da perspectiva da sociologia da infância e da juventude para pesquisas situadas no enquadre da atenção pediátrica e na adolescência. Em outro artigo, Moreira e Macedo² destacam a necessidade de reconhecer o protagonismo das crianças como sujeitos de pesquisa, o que não anula o fato da presença do adulto responsável, e o reconhecimento dos direitos e sua vulnerabilidade, sem ignorar riscos e cuidados. Curtin³ também menciona os benefícios dos estudos qualitativos para o pesquisador aprender sobre o mundo e as perspectivas das crianças incluindo os significados pessoais dos eventos e ações, proporcionando melhor entendimento do fenômeno estudado.

Ao conceber a infância como categoria social e situar as crianças e jovens como cidadãos, sujeitos da história, que produzem cultura, os mesmos se tornam prioridade e têm reconhecido seu direito ao cuidado e atenção⁴. Valorizando as potencialidades das pesquisas qualitativas para fortalecer esse entendimento, mas partindo de uma outra experiência, encaminhamos uma descrição que contextualiza o ambiente da pesquisa que subsidia o artigo e na ordem surgem as reflexões.

Assim, retomamos bastidores e conversas, que na forma de memórias, são geradoras de conhecimento que qualificam o artesanato da pesquisa onde os participantes são as crianças⁵. Alguns pontos destacados podem ser considerados

em relação aos processos da pesquisa envolvendo seres humanos e, mais especificamente, quando envolvem as crianças. Trata-se também de pensar sobre a neutralidade científica sem anular, nem paralisar o processo de pesquisa, onde as crianças sejam sujeitos participantes.

A discussão centrada nas crianças e no seu protagonismo: revendo o modelo adultocêntrico nas pesquisas com crianças

Ao considerarmos as crianças como atores sociais⁶, resgatamos o lugar da criança nas pesquisas, atribuindo-lhes protagonismo e *status* de legitimidade, adequando métodos e técnicas de pesquisa. Mollo-Bouvier⁷ propõe que se leve em conta a criança como sujeito social, que participa ativamente dos processos de sociabilidade, assim como da reprodução e da transformação da sociedade.

As crianças podem estar inseridas em pesquisas de forma que seu conhecimento, experiência e opiniões possam contribuir com os resultados. Como agentes elas tentam negociar as características da infância através da relação adulto-criança em tensão com os entendimentos do adulto⁸.

A tensão entre considerar a criança um sujeito passivo nos espaços de socialização, e o seu reconhecimento como agentes de cultura tem reflexos no fato de que “as crianças eram tomadas mais como objetos do que como sujeitos de estudos, [...], além das dificuldades inerentes da pesquisa com esse grupo etário”⁹. Tal fato analisado pela autora tem como reflexo a perspectiva de desenvolvimento que considerava a criança como incapaz de ver e descrever seu próprio mundo. Ainda assim, é necessário reconhecer a importância de considerá-la como participante das investigações, principalmente em estudos que trabalhem com a perspectiva da criança, uma fonte rica de dados e que merece ser melhor explorada⁹.

Para Montandon⁶, “as crianças são e devem ser estudadas como atores na construção de sua vida social e da vida daqueles que as rodeiam”. Plaisance¹⁰ também estimula pesquisas que buscam apreender o grupo das crianças como atores sociais, por intermédio de suas práticas efetivas, de suas experiências e de suas representações.

Corsaro¹¹ retomado por Delgado e Müller¹² também defendeu os estudos *com* e não *sobre* as crianças. A noção de socialização na sociologia da infância estimula a compreensão das crianças como atores capazes de criar e modificar culturas, embora inseridas no mundo adulto. Se as crianças interagem no mundo adulto porque ne-

gociam, compartilham e criam culturas, necessitamos pensar em metodologias que realmente tenham como foco suas vozes, olhares, experiências e pontos de vista, o que exige certo abandono do olhar centrado no ponto de vista do adulto, ou adultocêntrico¹².

Crianças como sujeitos de pesquisa nos levam a rever e adequar metodologias, tal aspecto é abordado por Sirota¹³ que finaliza seu artigo sobre a emergência da sociologia da infância trazendo o questionamento, entre outros, sobre quais metodologias se apoiar para alcançar as experiências das crianças e dar conta delas.

Delgado e Müller¹² apontam três dificuldades a ultrapassar nas pesquisas com crianças relacionadas a lógica adultocêntrica, centrada no campo e ética. Como apontam Graue e Walsh¹⁴:

[...] descobrir intelectualmente, fisicamente e emocionalmente é algo difícil quando se trata das crianças, pois a distância física, social, cognitiva e política entre o adulto e a criança tornam essa relação muito diferente das relações entre adultos. [...] é muito mais fácil construir uma série de argumentações de como as crianças são, apelando para a autoridade dos adultos ou aos campos do conhecimento que se direcionaram às leis universais, excluindo os estudos das crianças nos seus contextos.

Ainda sobre este aspecto, os três maiores impedimentos para incorporar as crianças como participantes de pesquisa que podem existir: 1) pesquisador assumir que as crianças são menos competentes, 2) desigualdade nas relações de poder na relação adulto-criança considerando o adulto como autoridade e 3) diferenças de comunicação entre crianças e adultos³.

Com relação ao período da infância e divisão em faixas etárias, cada idade, cada tempo, cada lugar, cada atividade da criança cria instituições específicas colocada na dimensão intencional de uma socialização que ocorre segundo um percurso institucional ritualizado e que obedece a uma dupla série de exigências; exigências sociais que afetam a vida da criança em função dos adultos e das necessidades do trabalho⁷.

Sirota¹³ coloca como desafios das análises estatísticas que contribuem para a sociologia da infância fazer emergir a criança de sua invisibilidade estatística, mostrando-a como tal e não mediante intermediários de outras categorias. Para a autora, este problema se encontra em dois níveis - a construção de bases estatísticas e o tratamento da variável.

Em função do exposto, é possível destacar tal literatura como uma base teórico-conceitu-

al relevante para pesquisadores que ancorados em pesquisas qualitativas, busquem recuperar na radicalidade, as noções de protagonismo infanto-juvenil, de capacidades de vocalização das experiências desse público, adaptando técnicas e métodos, sem ignorar suas diferenças etárias.

Retornando a memória de uma pesquisa: reflexões a posteriori

A pesquisa que subsidia o presente ensaio foi aprovada pelo Comitê de Ética em pesquisa não sendo necessário e nem solicitado o Termo de Assentimento das crianças, somente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos pais ou responsáveis autorizando sua participação e a de sua criança considerando a faixa etária. Foi ainda solicitado que o(a) professor(a) respondesse a um questionário sobre o(a) estudante, em caso de concordância, mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos professores.

Destacamos, aqui, que o objetivo desse artigo não é retornar a esses dados originais, mas buscar na memória do campo realizado pela primeira autora desse trabalho, elementos que costumam escapar nas análises quantitativas, e que estiveram ausentes nos resultados da pesquisa apresentada. Diante da perspectiva de fazer emergir a criança, além dos dados estatísticos que o estudo⁵ proporcionou, construímos a posteriori um relato dos bastidores de uma pesquisa com crianças. O retorno a esses bastidores pode estimular um aprendizado e reflexões sobre o campo de pesquisa na área infantil.

Ou seja, acessando a memória de um campo que articulou interação com os adultos de referência – pais e professores, buscando suas autorizações – e não prescindiu de uma abordagem às crianças, foi possível que a posteriori voltássemos aqui, nesse artigo, a essa discussão sobre protagonismo das crianças em pesquisas onde elas são as principais participantes. A questão é: até que ponto fazer parte da pesquisa como sujeito, significa participar ativamente desse processo, sendo escutada em seus desejos e limites, recusas e questionamentos?

Seu desenho metodológico contemplou 85 crianças de seis anos de idade que participaram da pesquisa cuja finalidade foi operacionalizar um teste de coordenação motora em desenvolvimento com análise de seus itens, com objetivo de avaliar a confiabilidade teste-reteste e investigar se o desempenho motor é influenciado pelo sexo, tipo de escola e local de moradia. A coleta se deu em escolas públicas e particulares de uma capi-

tal e interior do estado de Minas Gerais e foram realizadas avaliações de crianças com desenvolvimento típico escolhidas de forma aleatória. Além disso, questionários sobre o desempenho destas nas atividades do dia a dia e na escola foram respondidos pelos pais e professores. Os itens da avaliação constavam de atividades inseridas nos contextos das crianças, como alinhar, escrita, desenho, encaixe, amarelinha, atividades com bola, equilibrar em um pé só, encaixar pinos, entre outros⁵.

Neste estudo, as coletas foram realizadas na escola da criança e em horário escolar sendo dividida em dois dias para cada criança e realizada em horários previamente acordados e autorizados pela direção e professores para não interferir tanto nas atividades acadêmicas evitando comprometer-las de forma a prejudicar a criança e rotina escolar.

Todo esse processo de coleta ocorreu conforme as Resoluções que regem as pesquisas envolvendo seres humanos e aqui podemos destacar situações sobre a pesquisa com crianças e a autorização dos responsáveis versus o interesse da criança em participar ou não do estudo. Ressalto que seguindo o Termo de consentimento ninguém seria obrigado a participar e poderia interromper a participação quando quisesse. Mesmo não sendo necessário o Termo de Assentimento nesta idade, todas as crianças foram explicadas sobre o processo em linguagem clara e ainda assim, podendo fazer perguntas. Ouví-las nessa etapa foi essencial e um reconhecimento destas enquanto sujeitos ativos. Era explicado claramente quais seriam as atividades, os materiais usados, a necessidade de cronometrar e seguir as etapas da atividade, o período de treino e de efetiva contagem.

Apesar dos códigos legais transferirem para a família a decisão sobre a participação ou não em pesquisa dos menores de idade, além do consentimento dos pais ou representantes legais, é importante o assentimento da criança⁹. Nesta experiência de pesquisa essa tentativa foi feita como processo informal, mesmo não sendo solicitada pelo Comitê de Ética.

Todos responsáveis, professores e crianças foram informados que não teriam benefícios diretos, mas que estariam contribuindo para construção de uma avaliação da coordenação motora para crianças. O interessante era ouvir de algumas crianças que elas entendiam que era como se ajudassem as outras, que não conseguiam fazer certas brincadeiras como elas, e tratava-se de algo sério. Além disso, mostra que o conheci-

mento das crianças não deve ser menosprezado. Uma das crianças procurou saber melhor e mais detalhadamente sobre o que era e ao dizer que se tratava de pesquisa de mestrado, ela explicou o que pensava da pesquisa e acrescentou que sabia o que era, pois sua tia também fazia mestrado. Ao responder as dúvidas era possível ver como se estabelecia a relação de confiança e a criança podia opinar sobre o processo.

O artesanato interacional e seus aprendizados: os limites e desafios ao pesquisar com crianças incluindo negociações

Para o acesso às crianças optamos pelo contato através de escolas, processo este que induz ao levantamento de redes e busca de alternativas para divulgação do projeto. Isso incluiu reuniões com a direção e/ou supervisão pedagógica após contato telefônico, presencial e/ou via e-mail. Este não foi um processo fácil, tivemos escolas que não retornaram, ou que deram autorização, mas na ocasião da coleta não foi possível a liberação por possibilidade de troca de diretoria ou outra pesquisa em andamento, mas há que se destacar a boa recepção e respeito pela pesquisa por parte dos que retornaram após o contato inicial. No total fizeram parte 12 escolas.

No estabelecimento dessa rede de contatos, aceitar ou não aceitar participar da pesquisa, favorecendo o acesso às crianças, não era, muitas vezes, algo que referia somente resguardá-las. Mas inclui problematizar as alterações de rotinas já estabelecidas, refletir sobre o quanto isso pode vir a comprometer e demandar outros recursos para receber uma pesquisadora que não fazia parte daquele espaço. Cabe, portanto, perguntar durante a construção do acesso ao campo, das negociações para o aceite, o que leva o público alvo das pesquisas a concordar com a participação? Disponibilidade, trocas, contribuição científica, parcerias, reconhecimento? Esses são aspectos a serem considerados e perpassaram de alguma forma os contatos realizados, e contribuíram para o aceite institucional. Aceites que, mesmo indiretamente, já que nem sempre verbalizados, remetem a possibilidades de interesses, trocas, oportunidades e/ou parcerias quando foram firmados.

Além disso, por se tratar de avaliação, muitos indagavam sobre como seria o retorno aos pais e escola, o que foi prontamente explicado, já que se tratava de uma avaliação em construção e que não trazia escores específicos para se definir um

diagnóstico ou parecer final. Foi proposto o envio de um relatório, um material explicativo sobre as dificuldades de coordenação motora e contato disponível, além da garantia de encaminhamento a serviços de assistência, se fosse necessário. Esse processo não seria obstáculo já que se tratavam de sujeitos representados por crianças de desenvolvimento típico com base em um questionário prévio sobre a criança respondido pelos pais ou responsáveis e pelos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos.

Os relatórios enviados ao final das coletas seguiram uma analogia de sinal de trânsito considerando a cor vermelha para alerta e recomendação de avaliação profissional; a cor amarela para prestar mais atenção ao desempenho da criança nas atividades no dia a dia e, a cor verde quando não foram identificados sinais preocupantes no desempenho das atividades realizadas. Esse resultado foi elaborado com base na análise dos testes realizados considerando sinais clínicos e do contexto observado durante a coleta; necessidade ou não de buscar mais informações para investigar melhor e/ou procurar atendimento. Esse acordo como forma de devolução dos resultados da pesquisa permitiu um retorno que foi bem aceito pelas escolas convidadas a colaborar e que receberam um relatório síntese sobre os estudantes participantes. Foi uma estratégia utilizada, mas também fazem refletir que outro tipo de retorno pode ser dado aos colaboradores participantes das pesquisas?

Lisboa e Habigzang¹⁵, citado por Moreira¹, destacam que “a pesquisa não deve se reduzir, na relação, com os sujeitos participantes, como uma conquista de coleta de dados”. Ao abordar o tema de crianças e adolescentes em situação de violência, coloca que o pesquisador precisa estar disposto a acompanhar e intervir com as crianças e famílias e indicam a devolução da pesquisa não restrita a entrega de um relatório, mas construção de espaços de interação, promotores de reflexões e operadores de mudanças.

O compromisso de devolver dados exige que o pesquisador e sua equipe discutam a natureza dos relatórios, a forma de escrita, os modos de circulação de informações⁴. Além disso, quando se trata de instituições e políticas a devolução pode se tornar mais delicada.

Um aspecto facilitador do contato nas escolas foi através de um mediador que conhecia as pesquisadoras ou que já tinha realizado pesquisas no local. Também ocorreu um seminário intitulado “Crianças com problemas de coordenação motora: Desafios em sala de aula” que culminou em

uma lista de professores e escolas interessadas em participar de pesquisas futuras e em andamento sobre o assunto. Foi oferecida uma reunião aos responsáveis, mas as escolas acabaram optando por deixar que os sorteados para o estudo entrassem em contato individualmente, caso desejassem.

A partir disso, a colaboração das escolas tornou-se mais efetiva e por terem um maior número de crianças matriculadas, foram necessárias, apenas, uma escola pública em cada cidade. Já escolas particulares necessitaram de mais contato e mais busca, poucos pais e/ou responsáveis deram retorno totalizando dez escolas particulares. Os envelopes foram distribuídos de forma aleatória através de sorteio e aos poucos, garantindo a análise e controle do tempo de resposta aos questionários dos pais e avaliação das crianças. Só participaram da pesquisa aquelas que obtiveram autorização através do retorno dos envelopes com questionários preenchidos e termos de consentimento livre e esclarecido autorizados para as crianças e professores contribuírem com o estudo. Poucos envelopes retornaram das escolas particulares e por isso, maior número de escolas particulares foram recrutadas. Diante disso, ressalta-se a importância dessas redes profissionais que concederam certa autoridade para o apoio à pesquisa e a importância do seminário para troca de informações entre interessados. Neste processo estão envolvidas trocas implícitas e explícitas para colaboração e entrada no lugar que faz parte da rotina do outro.

Delgado e Müller¹² ressaltam que “entrar na vida das outras pessoas é tornar-se um intruso, faz-se necessário obter permissão, que vai além da que é dada sob forma de consentimento, e isso raramente é feito com as crianças”.

Moreira¹ fala sobre um artesanato interacional no caso da pesquisa quando os sujeitos são crianças incluindo considerar que, além de todas as diferenças que constituem a autoridade científica do conhecimento na figura do pesquisador, também falam das diferenças de classe, gênero e faixa etária, “adultos em interação com crianças, onde estas últimas são o centro da pesquisa”.

Ao envolver as crianças como participantes na pesquisa, o investigador é desafiado a examinar suas próprias crenças sobre as competências das crianças; definir uma relação adulto-criança diferente que minimize o poder e aprender os estilos de comunicação, a fim de obter suas perspectivas e desenvolver uma linguagem comum³. Além disso, o pesquisador precisa usar técnicas de pesquisa que não dependam apenas da linguagem verbal.

Respeitar o protagonismo da criança na pesquisa e entendê-la como sujeito vai muito além, é se surpreender com suas atitudes, é respeitar sua linguagem e seus símbolos e, até mesmo, seu tamanho (estatura). As avaliações do estudo foram feitas em mesas e cadeiras infantis. E isso faz diferença não só ergonômica, mas também, permite estabelecer um diálogo e demonstrar atenção a quem se escuta e fala.

O pesquisador precisa reconhecer as crianças como especialistas em suas próprias vidas e estar aberto à ideia de que elas podem ter competências de que os adultos podem não saber³. Caso a criança tenha dificuldades em responder uma pergunta não significa automaticamente que são incompetentes; em vez disso, o pesquisador precisa examinar a situação, incluindo o contexto, a idade e, especialmente, o seu próprio papel (por exemplo, refletindo sobre como as perguntas são redigidas) como sugestão da autora.

Quanto ao processo de autorização para participação na pesquisa, recordo-me de duas situações: uma única criança que recebeu autorização dos pais, mas que não aceitou participar e as muitas crianças que queriam participar e não foi obtido o consentimento ou não houve retorno dos envelopes. Sobre a primeira situação, por imprevisto da professora, que havia se ausentado no dia agendado para avaliação, mas autorizada pela professora substituta (avisada da atividade), a criança pediu somente para conhecer a sala e os materiais. Posteriormente, justificou que havia achado muito interessante, mas como sua professora não havia comentado sobre essa atividade preferia não realizá-la. Tal decisão foi respeitada. A recusa da criança em dar seu consentimento para participar da pesquisa deve ser sempre respeitada⁹.

Posteriormente, a professora se mostrou surpresa pela não aceitação e após contextualizado, ela se ofereceu para esclarecer e organizar um novo dia, mas optei por considerar a decisão inicial da criança e respeitar os aspectos éticos do processo. Sim, era menos uma criança de escola particular para o estudo quantitativo que depende de amostra, mas era mais um sujeito ativo do processo de coleta que não se sentiu seguro a participar mesmo autorizado pelos responsáveis. Por outro lado, o que foi mais difícil foi a segunda situação. Ter crianças implorando para participação, mas sem ter autorização de seus responsáveis. Como respeitar esse interesse da criança que chegava a implorar para participar ao me recepcionar? Como tornar esse processo ético? Esse estudo culminou em reflexões acerca

disso. Não se trata de fazer algumas brincadeiras e fingir a participação, não estava autorizado. Além disso, as crianças me apontavam, mostravam e, até mesmo, me apresentavam a quem fosse buscá-las ao término ou início das aulas. Tive retornos positivos tanto das crianças quanto dos responsáveis ao ser mostrada como “a moça que brincou comigo” por parte de algumas crianças. Algumas mães ou, até mesmo, as crianças me contaram do interesse em reproduzir as brincadeiras, contar para seus irmãos e os colegas. Em alguns dias eu era recepcionada ao chegar na escola por um grupo que me cercava abraçando e indagando qual dia eu iria levá-las para brincar e as que já tinham participado, quando seriam chamadas de novo.

Essa referência das crianças ao brincar que é a linguagem estruturante da criança em suas relações com o mundo¹⁶, ressalta seu poder de inclusão e estímulo que caracteriza sua participação. Ou seja, ressaltamos o poder do brincar que mesmo diante de uma avaliação que segue normas para criação de testes para classificação, categorização, ambiente controlado, também remetia ao brincar por parte da criança e proporcionou “dar voz” a ela. Essa expressão pode soar estranha já que não damos a voz, as pessoas têm voz, mas diante de pesquisa com uso de testes com regras e manual, poderíamos ter seguido o caminho do silêncio, do padrão e completa formalidade. Pelo contrário, a escolha foi feita no âmbito da interação que não comprometeu e nem influenciou os resultados.

Essa avaliação, como já citado, envolvia atividades que faziam parte ou poderiam estar contextualizadas nas brincadeiras realizadas pelas crianças. Podemos aqui apontar sobre o brincar e a motivação intrínseca em meio a normas do teste como, por exemplo; a marcação de tempo, postura, posição do corpo; mas vale ressaltar que a avaliação respeitou atividades que remeteram ao brincar ou atividades do cotidiano com base no retorno recebido das crianças, pais e professores.

Para Horstman et al.¹⁷ citado por Moreira¹ assumir que crianças e adolescentes têm um ponto de vista único sobre aquilo que lhes acomete na vida leva a buscar métodos participativos de pesquisa, por exemplo o desenho e a escrita da história e nesta experiência de escrever um artigo acionando os bastidores da construção da pesquisa, permitindo que as atividades sejam contextualizadas. Além disso, ao considerar saúde e doença, os autores citam que essas técnicas são importantes para compreender como interpretam o seu adoecimento e como comunicam essa

experiência considerando que a linguagem da criança passa pelo lúdico.

Sobre avaliação, teste ou algum outro nome que tenha sentido parecido não cabe, apenas, definir algo sobre a pessoa avaliada, tomar como verdade. Aplicar teste é, apenas, parte de um processo mais abrangente de avaliação; que pode possibilitar uma linguagem comum, estabelecer objetivos de tratamento, detectar algo, documentar avanços na assistência, desde que considerado todo contexto e aspectos relevantes do processo. Precisamos partir do fato que estamos diante de uma criança e que é importante considerar suas potencialidades em meio às limitações que vêm, inicialmente e mais facilmente, relatadas no processo de avaliação na assistência. Aplicar algum teste, examinar, avaliar exige treinamento para evitar que os resultados sejam analisados erroneamente. Também exige sensibilidade para saber o que avaliar, como avaliar e se vai avaliar. Pode ser uma das formas de conhecer quem busca assistência.

Além disso, ao trabalhar com crianças, é útil para o pesquisador estar ciente do processo de desenvolvimento e que este varia com a experiência estando aberto à ideia de que as crianças podem ser capazes de compreender mais do que foi afirmado em pesquisas anteriores e teorias do desenvolvimento³.

O aspecto controlado da pesquisa não permitiu calar e anular a criança e o pesquisador, pelo contrário, nele foi possível levantar sonhos, desejos, ideias; respeitar o limite dividindo a avaliação em dias diferentes; considerar o local apropriado; agendar o melhor horário; perder sujeitos por causa de falta ou programação de atividade escolar. O estudo com seu método permitiu ver a criança como sujeito de suas ações e interesses, minimizando a visão adultocêntrica necessária para as normas do teste, mas ainda, demonstrou que a criança reconhece a autoridade do adulto que precisa autorizar a participação ou que se torna importante por algo que é significativo para criança.

Para que isso fique mais claro, resalto um episódio em que a criança contou que queria ser bombeiro quando crescesse, tal foi a surpresa e contentamento dela quando eu disse que tinha um amigo bombeiro. A motivação aumentou ainda mais, como se eu subisse de nível, já que conhecia um bombeiro e ele ainda era meu amigo.

Outro episódio foi de uma criança que perguntou as horas por três vezes, percebendo que a realização do teste poderia estar cansativa para ela e que a pergunta pudesse ser um sinal de in-

terrupção da coleta; indaguei, na segunda vez, o motivo da pergunta e se ela queria interromper. Ela disse que não era nada e que queria continuar. Prossegui de forma natural, mas quando veio a terceira pergunta sobre o horário, eu a respondi e, em seguida, ela perguntou quanto tempo faltava para quatro horas.

A partir disso, deixei ainda mais claro que ela poderia interromper, caso quisesse. Ela perguntou se eu ficaria chateada caso ela voltasse para a sala. Eu ainda sem saber o que aquilo significava, respondi que não, confirmando o que já havia sinalizado antes sobre sua liberdade em decidir parar quando quisesse. Em tom de alívio, ela explicou que queria fazer as brincadeiras, mas que às quatro horas queria voltar para a sala de aula para cantar os parabéns para uma das colegas que fazia aniversário. O pedido foi acatado. A atenção aos sinais que a criança demonstra e a autoridade que elas nos veem, não podem passar despercebidas para serem respeitados os aspectos éticos de uma pesquisa envolvendo crianças.

Curtin³ aponta esta situação de autoridade como um desafio e sugere desenvolver uma relação e esclarecer um papel (por exemplo, definir regras para interação) que diminuam as diferenças de poder entre o pesquisador e crianças e transmitir o desejo deste em aprender. O pesquisador precisa transmitir às crianças a importância de ouvir as perspectivas delas e empregar estratégias específicas para reduzir a conduta autoritária, julgadora ou que interfere no comportamento. Ao mesmo tempo, estabelecer um tipo diferente de relacionamento, às vezes, pode ser difícil para o pesquisador porque as crianças frequentemente, reagem com perplexidade e, em seguida, testam os limites do relacionamento. Elas podem perceber uma relação não-diretiva e não-autoritária entre adulto-criança, se é uma nova experiência para elas³.

Em relação aos aspectos éticos, a mesma autora reforça que precisam ser dadas explicações às crianças com palavras que elas possam entender e esclarecer com quem serão compartilhadas as informações. Além disso, as crianças também precisam saber que têm o direito de desistir e que a decisão de não participar será respeitada, e que eles podem parar a qualquer momento sem consequências.

Este estudo envolveu crianças de seis anos, mas também, traz reflexões sobre o processo de pesquisa com bebês, seriam os sinais de retraimento e aproximação necessários a respeitar o protagonismo destes? Todos sujeitos de pesquisa autorizam de forma voluntária sua participação

quando alguém responde por eles? Vale refletir, também, sobre o processo de pesquisa com bebês ou outros sujeitos que não respondem por si.

Barbosa e Fochi¹⁸ também apontam a necessidade de pensar esta especificidade diante dos desafios da pesquisa com crianças pequenas e bebês, já que estes não falam, mas dizem, convocam, anunciam e denunciam. Eles citam que mudar a imagem do bebê e da criança pequena possibilita “forjar uma ciência não da simplificação, mas da complexificação”. Diferente da tradicional forma de pesquisar, desejam garantir a voz das crianças pequenas e dos bebês, “relacionar-se de modo atento, percebendo-os como um Outro, nem inferior, nem superior, um Outro diferente, que também tem a sua história, a sua forma particular de compreender o mundo e o seu jeito de experimentar o lugar que ocupa”¹⁸.

Horstman et al.¹⁷ retomado por Moreira¹ aborda sobre produzir um ambiente onde a criança não se sinta constrangida tornando relativo poder que cabe ao adulto e sua autoridade frente à criança. Isso passa pela postura amigável, apresentação, contar a criança uma pequena história profissional transmitindo segurança e favorecendo o encontro de pesquisa. Cita casos em que as crianças fazem perguntas pessoais ao entrevistador o que não precisa ser visto como viés, mas como parte da construção da confiança e de um ambiente seguro de abordagem evitando a ideia de que é testada.

Esse processo inclui o desafio de usar formas de comunicação em diferentes estilos e o pesquisador precisa procurar o significado transmitido em frases curtas, aprender o vocabulário da criança, tomar cuidado para não usar frases de julgamento, ser criativo e brincalhão, adaptar e usar uma variedade de técnicas não verbais, tentar não usar palavras grandes e/ou linguagem complexa permitindo às crianças tempo suficiente para responder e fazer perguntas³.

Quanto ao local de realização das coletas de dados, algumas escolas ofereciam um local adequado para realização da pesquisa e outros precisaram ser adaptados da forma que era possível. Perdas de crianças de avaliações também ocorreram com ausências de crianças inviabilizando a realização da avaliação em dias próximos ou pela rotina escolar e comemorações. Ao suscitar as perspectivas das crianças, é melhor estar em lugar calmo, privado e neutro; onde as crianças se sintam confortáveis e livres para falar; e ter cadeiras de tamanho infantil disponíveis para que o pesquisador possa ficar no mesmo nível que as crianças³.

Outra questão diz respeito ao anonimato e Kramer⁴ cita experiência de contextos em que diante do grande envolvimento e da integração entre pesquisador e crianças decidiram pedir que estas escolhessem o nome fictício que queriam aparecer na versão oficial dos trabalhos. Tal opção permite valorizar o protagonismo da criança na pesquisa e sua escolha.

Sobre esse protagonismo cabe também ao pesquisador negociar com a criança quais as informações obtidas no estudo podem ser divulgadas, assim como a preocupação ética não deve estar presente somente na elaboração do projeto, mas deve permear a investigação e divulgação de resultados⁹. Neste aspecto podem ser incluídas as articulações e processos que envolvem o momento anterior a coleta de dados.

Na realização das pesquisas faz-se necessário refletir sobre a pesquisa cumprindo papel social e não como utilidade pessoal. Considerar, também, aspectos políticos envolvidos e a prestação de serviços que podem influenciar na aceitação ou não da participação em pesquisa. A forma com que as pesquisas têm sido realizadas garantem o papel da escolha de participação para todos os sujeitos?

A Figura 1 sintetiza e reforça a relação dos aspectos discutidos nesses bastidores.

Para “entrar” no mundo da criança são necessários estímulos sensíveis, surpreender e deixar-se surpreender, responder suas perguntas e usar palavras de seu contexto para valorizá-la. A criança dá pistas a um bom observador sobre como podemos respeitá-las no processo de pesquisa. Estes foram bastidores de uma pesquisa quantitativa, cujos resultados e objetivos atingidos não relataram todo o processo e por isso o

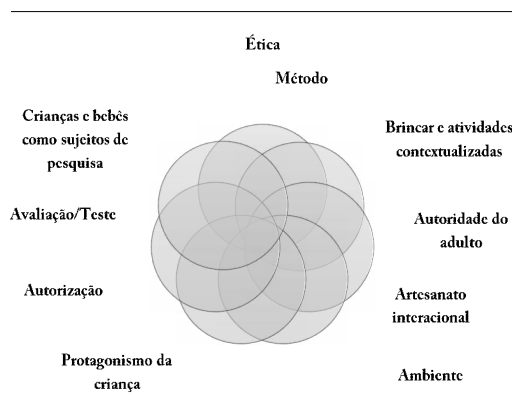


Figura 1. Síntese dos aspectos discutidos.

desejo de escrevê-los. Esse ensaio não pretende ser modelo e nem apresentar uma forma e fórmulas para responder a todas as questões colocadas, mas ressalta a importância de se considerar o protagonismo das crianças no processo de pesquisa, além de estimular a reflexão sobre pesquisas envolvendo crianças. O que mais pode ser feito? Quais outras experiências tiveram outros pesquisadores? Permitir o protagonismo da criança e, até mesmo, do pesquisador influencia, diminui ou interfere na neutralidade do estudo? Não seria possível conciliar tudo e “dar voz”, criar ambiente agradável, aprender com o processo e ainda assim, conseguir resultados que respondam e continuem a sugerir pesquisas futuras?

Conclusão

A pesquisa envolvendo crianças é uma área complexa que exige delicadeza e envolve a construção de espaços de protagonismo da criança, questões metodológicas e éticas. Espera-se que as discussões aqui apresentadas possam estimular ações, reflexões e outros debates entre pesquisadores que realizam estudos na área infantil.

Retornando à questão proposta anteriormente - até que ponto fazer parte da pesquisa como sujeito, significa participar ativamente desse processo, sendo escutada em seus desejos e limites, recusas e questionamentos? Precisamos apontar que fazer pesquisa com crianças significa negociar com o mundo dos adultos. Desse mundo fazem parte as instituições, regulações, limites

legais, mas também um jogo de interesses e poderes. Fazer pesquisa com crianças significa incrementar o número de atores que precisam ser acessados no processo. Isso porque, mesmo que as crianças de seis anos tenham sido as principais participantes da pesquisa que fomentam as reflexões aqui elencadas, o fato é que fazer pesquisa com crianças significa antes saber negociar com os adultos de referência.

Tais bastidores do estudo quantitativo cujos objetivos abordaram aspectos relacionados a análise psicométrica de itens de avaliação em desenvolvimento focam no artesanato interacional de pesquisas com crianças e ressalta-se a necessidade de considerar esse artesanato, adaptação de métodos e técnicas para que as crianças não sejam tratadas como objeto dos estudos diante dos desafios e demandas tecnocientíficas.

Acima de tudo declaramos aqui a importância de que as pesquisas possam revelar seus bastidores, apostar na abertura da caixa preta dos processos de acesso ao universo de estudo, que inclui relações entre espaços e pessoas. Mesmo pesquisas de desenho estatístico, no caso aqui psicométrico, não prescindem das interações, e podemos afirmar que se um questionário é reconhecido como um instrumento estruturado, com regras, manuais e enquadres para aplicação, em nosso caso por ser um teste, ele precisa ser antecedido de um estabelecimento de rapport, de uma abordagem adequada a quem será centralmente participante: a criança. Daí, faz sentido evocar a linguagem lúdica e valorizar recusas e questionamentos.

Colaboradores

OS Agostini e MCN Moreira trabalharam juntas na concepção, redação do texto e sua versão final.

Referências

1. Moreira MCN. E quando a doença crônica é das crianças e adolescentes? Contribuições sobre o artesanato de pesquisas sob a perspectiva da sociologia da infância e da juventude. In: Castellanos MEP, Bomfim LA, Jorge MSB, Leitão IMTA, organizadores. *Cronicidade: experiência de adoecimento e cuidado sob a ótica das ciências sociais*. Fortaleza: UECE; 2015.
2. Moreira MCN, Macedo AD. O protagonismo da criança no cenário hospitalar: um ensaio sobre estratégias de sociabilidade. *Cien Saude Colet* [online] 2009 [acessado 2017 Fev 18]; 14(2):645-652. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000200033>
3. Curtin C. Eliciting children's voices in qualitative research. *Am J Occup Ther* 2001; 55(3):295-302.
4. Kramer S. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. *Cad Pesqui* 2002; (116):41-59.
5. Agostini OS, Magalhães LC, Campos AF. Avaliação da coordenação e destreza motora de crianças de seis anos: Análise psicométrica. *Motriz: rev. educ. fis* [online] 2014 [acessado 2017 Fev 18]; 20(2):167-176. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-65742014000200006>
6. Montandon C. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. *Cad Pesqui* 2001 [acessado 2017 Mar 19]; (112):33-60. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742001000100002>
7. Mollo-Bouvier S. Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. *Educ Soc* 2005; 26(91):391-403.
8. Mayall B. Towards a Sociology of Child Health. *Sociology of Health & Illness* 1998; 20(3):269-288.
9. Gaiva MAM. Pesquisa envolvendo crianças: aspectos éticos. *Revista Bioética* 2009; 17(1):135-146.
10. Plaisance E. Para uma sociologia da pequena infância. *Educ Soc* 2004 [acessado 2017 Mar 19]; 25(86):221-241. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000100011>
11. Corsaro W. *The sociology of childhood*. Newbury Park: Pine Forge Press; 1997.
12. Delgado ACC, Müller F. Sociologia da infância: pesquisa com crianças. *Educ Soc* 2005; 26(91):351-360.
13. Sirota R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. *Cad Pesqui* 2001; (112):7-31.
14. Graue E, Walsh D. *Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; 2003.
15. Lisboa C, Habigzang F. Ética na pesquisa com temas delicados: estudos em psicologia com crianças e adolescentes e violência doméstica. In: Guerriero ICZ, Schmidt MLS, Zicker F, organizadores. *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde*. São Paulo, Hucitec; 2011. p. 176-192.
16. Winnicott DW. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago; 1975.
17. Horstman M, Aldiss S, Richardson A, Gibson F. Methodological Issues When Using the Draw and Write Technique With Children Aged 6 to 12 Years. *Qual Health Res* 2008; 18(7):1001-1011.
18. Barbosa MCS, Fochi P. *O desafio da pesquisa com bebês e crianças bem pequenas*. IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012 Jul 29 - Ago 1, Rio Grande do Sul, Brasil.

Artigo apresentado em 21/09/2017

Aprovado em 16/03/2018

Versão final apresentada em 18/03/2018